

JORNALISMO E PODER: a censura como ferramenta de silenciamento e o caso Alcinéa Cavalcante¹

Beatriz CASTRO²

Thiago NUNES³

Paulo Vitor Giraldi PIRES⁴

Universidade Federal do Amapá, UNIFAP

RESUMO

No presente artigo buscamos apresentar ações censórias para com os Jornalistas, apresentando situações do cotidiano e que ocorreram ao longo da história. Logo, temos por objetivo esclarecer que práticas de censura não são exclusivas de momentos históricos, como a ditadura militar brasileira, que é um marco quando se trata do assunto. Entender como e por que interesses pessoais, políticos e governamentais atuam como agentes controladores da liberdade de expressão na imprensa brasileira, dando foco ao Estado do Amapá. É importante retratar o assunto para que o jornalista ou futuro jornalista tenha conhecimento do que pode acontecer ao decorrer de sua carreira. No artigo, respostas sobre o assunto serão dadas com base teórica de autores conceituados no campo jornalístico.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Jornalismo; Censura; Liberdade de Expressão

INTRODUÇÃO

Refletir sobre o mundo multimídia e a influência dos meios de comunicação na opinião pública, criticamente, através de análises estruturadas em conceitos da comunicação e do jornalismo será o principal foco deste *artigo*. A história do jornalismo também será ferramenta fundamental para a reflexão e o entendimento das mudanças acerca da área da comunicação.

O objeto de estudo escolhido para entender a relação histórica do jornalismo e a censura é a publicação feita em 2013 pelo jornal brasileiro “*Terra*” que envolveu a jornalista amapaense Alcinéa caso de Alcinéa Cavalcante e José Sarney, ex-presidente da república e na época presidente do Senado.

A jornalista teve mais de vinte ações contra ela movidas por Sarney, todas as acusações consideraram que em seu blog havia conteúdo ofensivo a respeito do político.

¹Trabalho apresentado no GT 3 – Análise de mídia, gestão e estratégias comunicacionais do II Comertec Jr., realizado de 14 a 16 de junho de 2018, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

²Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo da da UNIFAP, email: abeatrizmcastro@gmail.com

³Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo da da UNIFAP, email: thiagofelipeeng96@gmail.com

⁴Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UNIFAP, email: paulogiraldi2@gmail.com

Por fim, em 2013, a jornalista foi condenada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a pagar mais de 2 milhões de reais por danos morais. O não é o único que envolve Sarney, há outros casos. Em 2009 o Estado de São Paulo foi vetado de publicar notícias sobre os casos de corrupção envolvendo o presidente do senado, José Sarney. A censura ocorreu por decisão judicial do desembargador Dácio Vieira.

A análise midiática será feita a partir do conteúdo veiculado pelas mídias a respeito do caso da jornalista amapaense, fazendo um paralelo com teorias do jornalismo que estudam os efeitos desta área na sociedade. A análise consiste, principalmente, em assimilar as estruturas que tornaram/tornam o Jornalismo uma das ferramentas fundamentais do corpo social, desta forma, o método escolhido para fazer o estudo será de Análise do Discurso.

A teoria protagonista para realizar este parecer crítico será a “Teoria de Ação Política”, que compreende a função da política no cenário jornalístico e como o papel desta determina quais notícias chegarão ao público. A estruturação também será realizada a partir dos preceitos deontológicos do jornalismo, que consiste em uma série de acordos com relação aos direitos e a moral no exercício da profissão.

Mídia e jornalismo andam lado a lado, logo é imprescindível a abordagem do tema. O jornalismo sempre esteve suscetível às mudanças, desde a criação da prensa móvel até a difusão dos meios digitais e diante disso estão envolvidos diversos interesses. Os jornais, por sua vez, em continuarem vivos. Devido à facilidade de acesso à internet, a criação de notícias tem se tornado de fácil, qualquer pessoa pode criar um *blog* ou *vlog* nas mídias sociais e expressar sua opinião sobre o que quiser, como quiser.

Para além disso, é possível observar a migração da sociedade dos meios materiais para os digitais. Hoje em dia é muito fácil carregar tudo o que precisa em apenas um objeto, como celular ou *tablet*, diante disso, jornais tradicionais ao redor do mundo tiveram de se adaptar a tais mudanças. A tiragem das revistas eletrônicas é um exemplo de como revistas e jornais, que outrora eram impressos, passaram a ser distribuídos em plataformas digitais.

O Jornalismo, enquanto quarto poder, tem a função intransferível de levar a veracidade dos fatos para os receptores. Portanto, de forma alguma a mídia poderia desvirtuar os caminhos da democracia, tendo em vista que o papel central da mesma é garantir que a sociedade não seja, em hipótese alguma, ludibriada por mentiras ou distorção de fatos.

O jornalismo tem responsabilidade social com seus leitores, telespectadores ou ouvintes. Entretanto, é de conhecimento geral que um dos principais deveres do jornalismo não é cumprido por uma enorme parcela dos meios de comunicação de massa. Portanto, objetivamos aqui pesquisar a liberdade de expressão das mídias e os mecanismos de controle e censura dos poderosos financiadores políticos do âmbito comunicacional e, por conseguinte compreender o ofício do jornalismo na formação da opinião pública em diversos momentos, principalmente os de Eleição.

1- A POLÍTICA ENQUANTO DISPOSITIVO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Maquiavel, em “O Príncipe” defende que o Estado possui poder soberano, ele defende que os fins justificam os meios para um bom convívio social, logo o Estado teria poder de intervir com violência de forma legítima. Mas para entender como muitas pessoas dentro da política aproveitam-se do discurso do filósofo para defender seus interesses (como o caso de Alcinéa Cavalcante com o Senador José Sarney) é necessário primeiro responder o que é política.

Política é a arte de ordenar, dirigir e organizar as nações ou Estados. A data de surgimento do termo é do período em que os gregos estavam organizados em cidades-estado (pólis), cerca de VI a.c. Diferente dos dias atuais em que atos políticos servem apenas para benefício pessoal, para os gregos a política tinha por finalidade a justiça comum, essa sociedade entendia a política como o ápice da realidade e liberdade humana.

É importante compreender que as ações políticas vão além do campo de ação eleitoral. Qualquer organização, seja pública, privada ou até mesmo familiar, já que ação política tem relação com o poder que alguém tem de comandar outras pessoas. Em geral, a percepção que se tem de política é negativa e deturpada, há certo distanciamento entre o ser político e as ações políticas. A política não é pra ser um problema ao cidadão, muito menos um assunto distante.

2- JORNALISMO, A MEDIAÇÃO DOS FATOS E SUAS DEONTOLOGIAS

Rossi (1980), afirma que “[...] Jornalismo, independente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes”. Esta definição resume de forma acessível o papel do Jornalismo socialmente. Enquanto função essencial da sociedade, o Jornalismo

tem um objetivo principal: cativar o leitor e fazer com que o mesmo passe a consumir o conteúdo jornalístico.

Com o passar do tempo, estudiosos das Ciências Sociais Aplicadas começaram a desenvolver estudos científicos aprofundados a respeito da Comunicação Social em geral, e logo após, mais especificamente sobre o Jornalismo. Sem dúvidas, isso não foi em vão. Não demorou muito para que os cientistas passassem a compreender a importância da comunicação e comessem a pesquisar como funciona a engrenagem da transformação de fatos em notas, notícias ou reportagens.

Dentro das práticas jornalísticas, existe uma sequência de normas e condutas éticas que os jornalistas enquanto mediadores sociais deve seguir, para que o jornalismo consiga realizar seu papel de forma coerente. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas, é enfático em seu Art. 1º ao declarar que “O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação” (BRASIL, 2007, p.1).

O Jornalismo tem caráter social ao selar um pacto subentendido com seus receptores, tendo o dever de repassar as informações com veracidade, honestidade e compromisso.

Existe um acordo tácito entre os que escolhem esta profissão de jornalista e o leitor/ouvinte/telespectador que torna possível dar credibilidade ao jornalismo: o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas. (TRAQUINA, 2005, p. 19-20)

Assim, o intuito primordial e principal do mesmo deve manter-se em cobrir fatos, escolher pautas, selecionar fotos ou usar a linguagem para levar ao receptor informações relevantes que cumpram os critérios de noticiabilidade, desta forma, tornando o Jornalismo peça fundamental na construção da opinião pública e exerça o papel de quarto poder; assegurando ao leitor/ouvinte/telespectador suas liberdades básicas dentro da democracia, onde o direito à informação está inserido.

3- MÍDIA E CENSURA: UMA RELAÇÃO DE PODER

O significado literal de censura é reprovar, seja de instituição pública ou privada, algum tipo de conteúdo. Geralmente, o ato de censurar tem relação com interesses pessoais do censorador.

O Brasil possui um histórico negativo quando se trata de censura aos meios de comunicação, alguns acontecimentos históricos retratam bem essa triste realidade. Os jornalistas sofreram e sofrem até os dias atuais com a repressão vinda de pessoas poderosas, como políticos e empresários.

O período da ditadura militar brasileira (1964-1985), por exemplo, tratou a censura de maneira mais explícita, principalmente após o decreto do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), que ocorreu em 1968. A censura prévia sobre a imprensa foi instaurada e todos os comunicadores que questionassem o regime militar seriam silenciados e punidos.

Diferentemente dos quatro atos anteriores, ele não tinha prazo para acabar. Os outros duravam 30, 60 dias etc. Eles permitiam uma série de medidas como a censura à imprensa, cassação de mandatos, demissão de funcionários públicos... Já o AI-5 ampliou o leque de arbitrariedades. Ele permitiu uma limpa no Judiciário, que até então estava sendo poupado, e proibiu a concessão de *habeas corpus* para acusados de crimes políticos. Isso significava, na verdade, a luz verde para a tortura. (BENJAMIN, 2013)

Resquícios desse período de terror para os jornalistas permanecem. Atualmente não existe *decreto-lei* que legalize a censura, porém comunicadores são censurados diariamente dentro de redações, blogs e etc. Há centenas de exemplos.

Após ser processado pelo empresário André Luiz Duarte Teixeira, o jornalista Aguirre Talento foi condenado pela justiça de Salvador a seis meses de prisão em regime aberto, além de ter que pagar multa. O caso de Alcinéa Cavalcante é outro que teve repercussão em todo o país; a amapaense foi condenada a pagar mais de R\$ 2 milhões em indenização por danos morais ao ex-presidente da república José Sarney.

4- LIBERDADE DE EXPRESSÃO E AS CONTRADIÇÕES DO REGIME DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Liberdade é um conceito amplo, estudado por diversos autores da Filosofia. Repleto de definições e partindo de diversas ramificações, os conceitos de Liberdade sempre explicam a relação do homem com seu meio. Para Jean-Paul Sartre, por exemplo, o indivíduo é livre sempre, recusando o determinismo. O ser pode definir-se, mobilizar-se e viver da forma que bem entender, desconsiderando imposições externas,

porque somente o ser pode determinar suas escolhas, tendo em vista que sua liberdade é absoluta ou não existe.

Já para Felipe Pena, jornalista e escritor brasileiro, em sua obra *Teorias do Jornalismo*, declara que a liberdade é limitada. “liberdade é um princípio não absoluto, submetido a um outro, muito maior, que é a dignidade humana, e os seus limites são o da alteridade, ou seja, o respeito pelo outro” (PENA, 2013, p.106)

A Liberdade também foi fator inspirador nos princípios da Revolução Francesa (1789-1799), momento histórico determinante nas mudanças socioeconômicas sociedade francesa, orientados pelo emblemático lema “*Liberté, Égalité, Fraternité*”. Desta forma, é possível perceber que a liberdade é, historicamente, um objetivo entre os indivíduos, tendo em vista que a mesma transcende a vida material, fazendo do indivíduo partícula evoluída no universo.

A Liberdade de Expressão é uma ramificação dentro do debate sobre Liberdade. Pautar a importância de se fazer livre ao se expressar é necessário, considerando que o poder de manifesto é intransferível e todos os cidadãos devem exercê-lo espontaneamente, assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Artigo XIX.

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, p. 5)

O debate sobre Liberdade de Expressão também se estende para a imprensa, sendo pauta frequente no ambiente jornalístico desde meados do século XIX. Detentora de enorme influência social, a mídia é alvo de censura por grupos de poder, que usam dos veículos de informação para a sua promoção. Portanto, é comum que os donos de grandes meios de comunicação tenham ligação econômica direta com grandes políticos e/ou outros empresários.

Desta forma, é importante observar que, por vezes, o jornalismo acaba servindo grupos sociais específicos e falha em seu papel social, que tem como valor primordial a comunicação sem fronteiras com todos os cidadãos; sejam eles negros, pobres, LGBT's, favelados, crianças ou adolescentes. Todos os grupos devem gozar livremente de representatividade e usufruir livremente do seu direito à informação.

5- ANÁLISE MIDIÁTICA

5.1- "XÔ, SARNEY!"

Este ano (2018) o Brasil elegerá mais uma vez seus representante. As eleições são peças fundamentais em um regime democrático de direito; é através da vontade popular que é cedida a alguns cidadãos o dever de governar o país. Após 30 anos da promulgação da última Constituição Brasileira, o Brasil poderá eleger pela 8ª o novo presidente da República, Governadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Senadores.

Em 2006, o Brasil também se preparava para eleger representantes referentes aos mesmos cargos que os cidadãos brasileiros deverão escolher no ano presente. O Amapá, enquanto Estado da Federação, também foi palco da campanha política. Foi neste ano que, pela terceira vez o ex Presidente da República e então presidente do Senado Federal, José Sarney de Araújo Costa do PMDB-AP, candidatou-se mais uma vez para permanecer no cargo de senador amapaense, cargo que ocupava desde 1995.

A mobilização social contra a candidatura de José Sarney em 2006 foi intensa. A população revoltou-se contra o político, que tinha diversos processos de corrupção nas costas e que desde a criação do território do Estado do Amapá detinha o poder político, econômico e midiático nas mãos; as manifestações davam-se na arte, na música, na mídia e nos muros da cidade.

Transitando as ruas de Macapá que a jornalista, poeta e professora Alcinéa Cavalcante avistou em um muro residencial a arte que exclamava "Xô, Sarney". Na época, Alcinéa possuía um blog que falava sobre os acontecimentos referentes ao Estado e, devido ao alvoroço social que atacava diretamente o senador, a repórter publicou em seu blog pessoal a foto do muro pintado e manifestou seu apoio ao amapaenses que repudiavam Sarney.

Imagem 1: O muro



Fonte: Blog do Pedro Nelito, 2006.

Não demorou para que Sarney também se mobilizasse à respeito da divulgação da charge e começasse a mover ações judiciais contra a jornalista amapaense.

[...] político é a pior raça, político não gosta de notícia, gosta de elogio. Uma casa ali na Mendonça furtado, pintaram o muro com um “Xô Sarney” , aí eu peguei a foto desse muro e postei em meu blog. O Sarney me processou pra tirar o blog do ar... aí pronto, tudo o Sarney me processava. Acabou tirando o blog do ar, tive que abrir outro (CAVALCANTE, 2018)

Enquanto referência nacional do jornalismo amapaense, a foto publicada no blog de Alcinéa tomou proporções inimagináveis e representou os anseios de diversos grupos sociais contrários ao político brasileiro. Jornalistas do Brasil todo cederam seus espaços de fala para apoiar a ação política de Alcinéa, que desafiou a tradição do jornalismo tucuju e afrontou espontaneamente um dos maiores detentores o poder socioeconômico nacional.

Sete anos após o início das ações judiciais contra Alcinéa, em abril de 2013, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE- AP) sentenciou o bloqueio das contas da jornalista e a condenou a pagar uma multa de mais de R\$ 2 milhões sujeita a juros e multas, alegando que o PMDBista foi alvo de danos morais por parte de Alcinéa.

5.2- MATÉRIA DO JORNAL *TERRA* E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

O produto midiático utilizado como objeto de pesquisa para realizar o presente estudo foi noticiado em maio de 2013, escrito pelo jornalista Fernando Diniz, veiculada no portal online do jornal brasileiro “*Terra*” no editorial de Política. Como dito anteriormente, o caso icônico entre Alcinéa Cavalcante e José Sarney ocorreu há sete anos antes da notícia em questão, em 2006. No entanto, mesmo depois de quase uma

década do acontecido, jornais do Brasil inteiro permaneceram firmes em noticiar informações a respeito do caso.

Diante dos fatos, é possível fazer uma análise rigorosa quanto a veiculação da matéria do *Terra*, através de seu discurso. Segundo Scheibe (2013), jornalista e professora, o discurso é parte essencial da comunicação, inclusive a jornalística.

O discurso é o que nutre o Jornalismo. Manter um discurso é o principal objetivo seja de um texto jornalístico publicado no jornal impresso, ou em uma matéria de televisão, rádio ou internet. O discurso jornalístico é mantido permanentemente, seja através da fala para manter o canal (ficar falando no rádio para não ficar um espaço vazio), ou seja, através das ideias e argumentações. (SCHEIBE, 2013, p. 43-44)

O discurso mantém-se parte visceral da comunicação, pois é ele que impulsiona o sentido na mensagem, transmitida pelo emissor até o receptor e garante que a comunicação seja eficaz. Diante disso, o jornalista, enquanto mediador da mensagem, usa de seu discurso para transformar os fatos em notícia, de forma que o leitor/ouvinte/telespectador consiga compreender com clareza a mensagem.

Imagem 2: Reportagem part. I

Justiça bloqueia conta de jornalista condenada a pagar multa a Sarney

Alcinéa Cavalcante foi condenada a pagar multas que superam R\$ 2 milhões por causa de textos publicados em blog

A Justiça Eleitoral do Amapá mandou bloquear a conta corrente de uma jornalista condenada a pagar mais de R\$ 2 milhões em multas ao senador José Sarney (PMDB-AP). Alcinéa Cavalcante foi alvo de processos movidos pelo peemedebista por causa de textos publicados no blog dela durante a campanha eleitoral de 2006.

Naquele ano, Alcinéa publicou uma postagem em seu blog com a chamada "O adesivo perfeito". Sugeriu a confecção de um adesivo com a frase "o carro que mais parece comigo é o camburão da polícia" e questionou aos leitores qual político deveria recebê-lo.

"Eu nem dava notícias de candidatos ao Senado, eu dava mais notícias para candidatos ao governo. Quando eu fiz uma brincadeira no blog, um leitor disse que o adesivo era para o Sarney. Aí, pronto. Já os outros candidatos - porque cada internauta um citava um candidato, a governador ou a deputado federal - nenhum se importou com isso, foi só o Sarney", disse a jornalista.

Fonte: Portal de notícias *Terra*, 2013.

A manchete da notícia tem um encaminhamento específico. O foco do enunciado está sobre Alcinéa, dando direcionamento às consequências da sentença de bloqueio de contas na vida da jornalista. Entretanto, não é a toa que esse direcionamento existe. De acordo com um dos critérios de noticiabilidade, dentre os vinte e quatro, Mário Erbolato (1991) acredita que o Interesse Pessoal seja um dos fatores que impulsionam um fato a ser transformado em notícia.

Tendo em vista que o caso analisado tem como epicentro um conflito ideológico entre uma jornalista e um político, Fernando Diniz, enquanto jornalista tem interesses pessoais em botar o fato em evidência da mídia, dando destaque à conflitos parecidos entre jornalistas, censura e Estado.

Imagem 3: Reportagem part. II

Depois da publicação, Sarney pediu à Justiça Eleitoral que a postagem fosse imediatamente retirada do ar e exigiu a publicação de um direito de resposta, além da aplicação de multa de mais de R\$ 100 mil. Em uma decisão de setembro de 2006, o desembargador Luiz Carlos, do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), que relatou o processo, ressaltou que a jornalista era responsável por aprovar os comentários de leitores do blog e por isso teria parte nas ofensas contra Sarney.

Alcinéa conta que passou a noticiar as ações movidas contra ela e começou a ser alvo de outros processos. "Cada vez que ele entrava com uma ação contra mim, eu noticiava. Ai ele me processava. E também eu colocava no blog matérias da mídia nacional que citavam ele. E ele me processava", disse.

Com juros e correções, as multas, somadas, passam de R\$ 2 milhões, segundo ela. Como a jornalista não possui bens para penhora, a Justiça decidiu mandar bloquear a conta dela. "É uma dívida impagável", afirma a jornalista, que é professora aposentada e recebe mensalmente cerca de R\$ 5 mil.

Procurada, a assessoria de José Sarney afirmou que não comentará o caso porque o senador está nos Estados Unidos. Ele participa do evento "Homem do Ano", promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. O homenageado é o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Fonte: Portal de notícias *Terra*, 2013.

O desenvolvimento da matéria não destoa da chamada, permanece sendo direcionada à Alcinéa. O jornalista usa fragmentos de sua entrevista feita com a jornalista amapaense, e desta forma deixa explícito o lado da história que lhe interessa, e é desta forma que o discurso se constrói.

O discurso é a soma de experiências e interesses de quem o faz, nenhuma narrativa é nula de opiniões pré conceituadas, existem muitas influências acerca do discurso, que vão além da estrutura textual, por exemplo.

Os motivos que levam o jornalista, nesse caso, a usar devidas palavras ou entrevistar apenas um dos atores do caso demonstram sua "manipulação" sobre o assunto, enquanto autor o jornalista julga algumas partes da história mais adequadas.

Esta análise também pode se aplicar à Teoria de Ação Política, que consiste em observar o emissor (jornalista) e encorpa às ciências do jornal os estudos sobre imparcialidade.

5.3- MÍDIA LOCAL E CORONELISMO: TEORIA DA AÇÃO POLÍTICA APLICADA E TEORIA ORGANIZACIONAL

Quanto menor a cidade, maior é a facilidade de políticos controlarem meios midiáticos locais por modos ilícitos. Macapá não está fora desse contexto. Fato que ocasiona a omissão de informação pública, e afeta diretamente a vida das populações, por muitas instituições.

As instituições jornalísticas de cidades pequenas acabam favorecendo alguns políticos por diversos motivos. A necessidade de manter os jornais atualizados é um deles, já que muitas dessas organizações são pequenas e lutam financeiramente para continuarem vivas. Jornalistas dessas instituições sofrem com pequenos salários, salários atrasados, falta de equipamentos para realização do trabalho. Ocasionalmente na ausência de necessidades diárias na vida do jornalista. Este, diante de tais situações, acaba por ceder à vontades de políticos e noticiam de maneira a realizar vontades dos mesmos.

A Teoria de Ação Política aplica-se a estes fatores, facilitando o entendimento do pesquisador. É impossível falar dessa teoria sem citar ações ideológicas de políticos sobre as informações, a direita e a esquerda expressam entendimentos diferentes na interpretação de que certos conteúdos jornalísticos buscam favorecer. Resumidamente, a direita aponta que os conteúdos presentes na mídia estão sob controle estatal, a esquerda julga de maneira oposta, defendendo que os meios midiáticos são definidos pelos interesses da burguesia.

Outro ponto crucial na construção do esclarecimento sobre a teoria supracitada é buscar entender que, tal controle midiático geralmente tem relação direta com interesses pessoais, em geral de cunho político. Existe uma troca de favores nessa relação, entre produtores de conteúdo e parlamentares.

Um exemplo comum é o de que muitos veículos recebem verbas para omitir ou para defender ações políticas de partidos ou representantes políticos, seja instituições midiáticas de pequeno ou grande porte. Fato que acaba refletindo em como os veículos irão reproduzir determinados conteúdos.

O tratamento que sofre a notícia antes de chegar ao receptor é o principal modo de se operar a chamada 'manipulação' jornalística. Entre a ocorrência de um fato social relevante, o acontecimento 'objetivo' e sua apresentação ao público surgem diversas formas de intervenção que alteram sensivelmente o caráter e, principalmente, o efeito dessas notícias. (FILHO, 1989, p.39)

É indispensável falar sobre a autonomia jornalística quando se trata de manipulação de conteúdo. O esperado é que o jornalista possua controle sobre aquilo que escreve, porém esse controle é questionável, já que tanto a linguagem verbal ou fotografia são considerados ideológicos como e estão estabelecidos em conjuntos de culturas das sociedades.

Para Herman e Chomsky, cinco fatores explicam a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista. Os cinco fatores são: 1) a estrutura da propriedade dos *media*; 2) a sua natureza capitalista, isto é a procura do lucro e a importância da publicidade; 3) a dependência dos jornalistas nas fontes governamentais e das fontes do mundo empresarial; 4) as ações punitivas dos poderosos; e 5) a ideologia anti-comunista dominante entre a comunidade jornalística norte-americana. (TRAQUINA, 2005, pp. 165-166)

O caso de Alcinéa não é raro, a jornalista de trabalho independente agiu de modo a favorecer o seu pensamento, já que não escrevia como subordinada de algum órgão ou alguém na publicação. Porém, além de ser período eleitoral, tratava-se de alguém que detinha os meios midiáticos do estado.

Em época de eleição os políticos esperam que os canais midiáticos cumpram apenas uma função: transmitir apenas imagem positiva sobre eles. De fato, o controle ideológico existe e os meios convencionais acabam por serem submissos às ideias impostas. Todavia, meios alternativos, como redes sociais e blogs, dão mais liberdade ao escritor, este muitas vezes se desafia pondo sua liberdade a prova. Foi o que Alcinéa fez.

Como já dito, a amapaense, que em 2006 publicou em seu blog apoio ao povo que protestava repudiando José Sarney. Por divergência ideológica a jornalista foi processada e silenciada. Mesmo sendo uma situação em que ela era livre para falar da maneira que achava mais adequada, acabou por ser censurada, deixando claro que a Teoria de Ação política se estende até onde o poder censorador pode alcançar.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo é uma ferramenta social essencial na formação da opinião pública. É através dos veículos de comunicação que a maior parte da sociedade consegue inteirar-se de fatos relevantes e construir noções de juízo de valor, por exemplo. Por isso que a notícia deve ser veiculada de acordo com o contexto social dos receptores, como assegura o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Mídia e política são vinculadas constantemente, porque é também através da veiculação de notícias a respeito do quadro político que o imaginário social acerca de assuntos parlamentares se constrói. Enquanto quarto poder, a mídia tem força social suficiente para ser alvo dos grandes políticos, para que através dos meios de comunicação possam promover-se e passar para o público alvo apenas suas qualidades.

No período eleitoral, a situação citada acima se faz mais forte ainda. Nesse momento decisório para a ocupação dos cargos parlamentares, os jornais são parte fundamental e impulsionam o receptor a selecionar para quem destinar seu voto, e é por isso que os políticos escolhem financiar os veículos de comunicação, para ganhar audiência e sobressair-se em comparação aos candidatos concorrentes.

No entanto, nem todos os canais de comunicação cooperam com os políticos financiadores, e assim conseguem manter-se independentes do financiamento e não ter que dar visibilidade ou simplesmente abafar escândalos de políticos que precisam completamente do apoio midiático para manter a credibilidade com a sociedade.

Por vezes, esses casos de financiamento político acabam causando o rompimento das empresas jornalísticas com as deontologias do jornalismo, porque ao fazer esse tipo de acordo, alguns grupos serão negligenciados e o jornalismo tem o papel de ser mediador da democracia e todos os cidadãos merecem receber informações sob o mesmo grau de importância.

Desta forma, não é raro vermos casos semelhantes ao da jornalista Alcinéa Cavalcante e do ex presidente José Sarney em época de eleição, onde o jornalista é "independente" e dono de seu próprio veículo de comunicação é alvo de cassação política; censurado por políticos que se igualam a coronéis e não a funcionários públicos à serviço da sociedade, o que os parlamentares realmente são.

Por fim, com esta análise foi possível perceber que a desregularização do Jornalismo deixa brechas no exercício da profissão e os financiamentos acabam tirando do jornalismo a autonomia de realizar seu papel de fato, que é noticiar fatos de interesse público, não que sirvam de promoção para grupos específicos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2013.

Blog do Pedro Nelito. Disponível em:

<<https://blogdopedronelito.blogspot.com.br/2006/09/x-sarney.html>>. Acessado em: 27 de maio de 2018.

Brasil de Fato. "AI-5 foi luz verde para a tortura". Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/node/26918/>>. Acesso em: 21 de maio de 2018

CAVALCANTE, Alcinéa. Entrevista concedida a turma de Jornalismo 2017, da Universidade Federal do Amapá. Macapá, 27 de abril de 2018.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória**. Rio de Janeiro: 2009.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acessado em: 21 de maio de 2018.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**. São Paulo: Summus, 1996

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo – redação, captação e edição no jornal diário**. São Paulo: Ática, 1991.

FILHO, Ciro Marcondes. **O Capital da Notícia: Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza**. São Paulo: Ática, 1989.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2017

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2 e.d, 2005.

OLIVEIRA, Ivan Carlo Andrade de; SAAR, Cláudia Maria Arantes de Assis;

SCHEIBE, Roberta. **Introdução ao Jornalismo**. Macapá: UNIFAP, 2013.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2013.

ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Terra, **Justiça bloqueia conta de jornalista condenada a pagar multa a Sarney**.

Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/justica-bloqueia-conta-de-jornalista-condenada-a-pagar-multa-a->

II **e**mertec Jr.

Comunicação, mercado e tecnologia

Tema: "O desafio da comunicação e mercado em ano eleitoral"

sarney.bd38abe3d79be310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acessado em: 28 de maio de 2018.